

SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

Construção, interfaces e
perspectivas no Brasil

Versão Eletrônica
(PDF)



Norma Valencio
Mariana Siena
Victor Marchezini
Juliano Costa Gonçalves
(orgs.)

© 2009 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Versão Eletrônica

Desenho da Capa: Arthur Valencio

Belerofonte sobre Pégaso matando a Quimera – alusão à escultura datada de 450 A.C..

S681s

Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil / organizado por Norma Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Juliano Costa Gonçalves – São Carlos : RiMa Editora, 2009.

280 p. il.

ISBN – 978-85-7656-165-1 (PDF)

1. Sociologia dos desastres. 2. Vulnerabilidade. 3. Defesa civil. 4. Mudanças climáticas. I. Autor. II. Título.

CDD – 303.4

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

www.rimaeditora.com.br

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 3372-3238

VIVÊNCIA DE UM DESASTRE: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS
DIMENSÕES POLÍTICAS E PSICOSSOCIAIS ENVOLVIDAS NO
COLAPSO DE BARRAGENS¹

NORMA VALENCIO

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o início do século XX, uma das expressões materiais identificadas com o desenvolvimento sócio-econômico regional é a construção de barragens.

Na produção de hidroenergia, regularização da vazão, abastecimento e irrigação, dentre outras finalidades, o barramento de rios tornou-se prática corrente, fosse conduzida pela iniciativa privada fosse pelas mãos do Estado. O emolduramento das águas, na forma de reservatórios, implantados de parte a parte do país, tornou-se um símbolo do processo de modernização do lugar na medida em que as águas, devidamente domesticadas, se prestariam como instrumento de realização de mudanças contínuas do espaço, nas suas porções urbanas e rurais. Em se tratando de fomentar de progresso, o conhecimento técnico e os peritos, em especial, das áreas de engenharia, foram vistos como os únicos capazes de ditar as regras da nova ordem espacial. O preço socioambiental a pagar por soluções técnicas para maior disponibilidade de água e/ou energia seria a aceitação dessa forma tecnocrática de conduzir o processo decisório de implantação do projeto. Apenas em meados da década de 1980 em diante, o contexto político começa a ser permitir a contestação a esta forma de subordinação do lugar ao ponto de vista hegemônico do técnico. Isso porque os efeitos negativos tanto da implantação quanto da operação dos grandes projetos hídricos multiplicaram-se e a redemocratização do país paulatinamente incorporou a legitimidade da contestação, de caráter popular, ao “progresso a qualquer preço”.

A implantação de um Grande Projeto Hídrico (GPH) com frequência estimula o reordenamento fundiário na região de inserção promovendo a desterritorialização das populações atingidas e a construção de novos territórios. A produção social, incluindo aí a reprodução da força de trabalho, depende da terra para poder existir, nela estabelecendo o suporte material necessário às condições gerais de produção. Entretanto, a água doce revela-se como um bem de domínio público ainda mais estratégico posto que permita (ou não) a terra

1. A versão preliminar desse artigo foi apresentada no Encontro Ciências Sociais e Barragens, promovido pelo IPPPUR/UFRJ. Apoio:MCT/CNPq.

o cumprimento de suas finalidades sociais e econômicas (VALENCIO ET AL, 2001; MARTINS E VALENCIO, 2003; RIBEIRO, 2003a; RIBEIRO, 2003b). As imbricações mútuas entre terra e água, isto é, vistos como meios indissociáveis de produção, são questão antiga e, porém, recorrente, das populações nordestinas, sobretudo lindeiras cujo desiderato é assistir, para seu proveito, à perenização dos corpos d'água com os quais interagem. Todavia, nesse processo, as barragens eclodem com implicações danosas para as redes sociais, tanto no plano cultural, quanto no econômico e político (VAINER, 1990; ROSA ET AL, 1998; MORAES E COSTA, 1984; VALENCIO ET AL, 1997; GONÇALVES ET AL, 2001). Há centenas de barragens em operação por todo o país, e muitas no Nordeste Brasileiro, cuja implantação resultou em aumento da destruição local – deslocamento populacional, desestabilização social, prejuízos ao meio biótico e físico -, ainda que repercutisse positivamente na riqueza econômica para além da região (PAIVA, 1986; NORMANDE, 1993).

Se grande parte da literatura dedica-se aos impactos negativos no meio natural e social decorrente do processo de implantação de tais obras, a presente reflexão vai num sentido alternativo que é o de analisar as várias representações sociais da vivência de um desastre relacionado ao colapso de uma barragem.

Desastre é a concretização de um risco. Este, por sua vez, tornou-se um tema relevante nas Ciências Sociais pela forma preocupante da produção territorial e social da modernidade, isto é, dos excessos, das saturações e dos efeitos indesejáveis que vimos assistir na concretização de fixos e fluxos que associamos ao progresso. Se os riscos podem ser entendidos como os resultados inesperados que têm uma consequência negativa nas atividades ou decisões levadas a cabo, a confiança nos sistemas peritos pressupõe a capacidade renovada de reduzi-los, por meio de novos olhares, discursos e práticas sobre os elementos materiais da paisagem, isto é, sobre a realidade concreta onde os sujeitos promovem a sua existência cotidiana. Caso as abordagens peritas sobre o meio produzam riscos e persistam, sem conseguir amainá-los, a confiança pública nos sistemas peritos decresce e passa a ser progressivamente questionada.

No que concerne aos grandes projetos hídricos, a maturidade que muitas obras civis vêm alcançando, sem que os processos de manutenção regular ocorram, gera incertezas junto à população inserida na área imediatamente à jusante. Todavia, a cada dia que passa, aumentam os casos, no Brasil, de obras civis ainda novas que colapsam, demonstrando haver fragilidades do conhecimento e das práticas do meio perito, o que redundava em perda de recursos públicos e vidas humanas. O clima de desconfiança quanto aos resultados socioambientais dessa “indução ao progresso” é, assim, incrementado.

Valencio (1995) e Villa (2000) estão entre os autores que, debruçados sobre os impactos sociais dos GPH's no semi-árido nordestino, identificaram tal desconfiança pública em relação ao meio perito construtor de barragens.

Valencio analisou a barragem de Açú, oficialmente denominada Armando Ribeiro Gonçalves, localizada a 250 km da capital do Rio Grande do Norte, com acesso pela BR 304. Sua área de influência abrange os municípios de Açú, Ipanguaçú, Carnaubais, São Rafael, dentre outros, circunscritos ao semi-árido,

regularizando um volume da ordem de 389 milhões de m³ de água na bacia do Piranhas-Açu. Sua construção exigiu o reassentamento de 730 famílias na porção urbana da área e de 1.852 na porção rural afetada e visando um aproveitamento agrícola em perímetro irrigado, que favoreceu desde o início grandes produtores em detrimento da população local. A produção de grande escala da fruticultura irrigada de exportação aproveitou-se da regularização da vazão para implantar métodos sofisticados de irrigação. O boato de que esta barragem foi instalada sob uma falha geológica, propiciando uma sismicidade induzida, não foi convenientemente dissipado durante sua construção ou depois disso. Os estudos geológicos a esse respeito não foram devidamente publicizados, restando à população à jusante procurar lidar com seus medos de colapso da barragem fosse amontoando pneus à soleira da porta de suas casas fosse remetendo seus bens de maior valor, como jóias de família, para a casa de parentes residentes em outras localidades.

Villa, por sua vez, observou que o processo de escamoteamento da tragédia resultante do colapso da barragem de Orós, no Ceará, ocorrido na década 1960, foi possível pelo poder assimétrico de acesso dos sujeitos aos meios de comunicação disponíveis. Assim, a concepção de risco não apresenta apenas uma componente da realidade objetiva, mas também, e sobretudo, um elemento forte de ideologização, responsabilizando os segmentos mais frágeis inseridos no território pelo sofrimento de suas próprias perdas. Ainda que, tal como assevera Irwin (2001), tal inserção muito frequentemente preceda temporalmente a inserção do fator de ameaça. Obras iniciais de barragem em Orós, na década 1920, foram destruídas pelas chuvas. Reiniciadas na década de 1960, foram surpreendidas por novo período de chuvas anormais, quando um plano de contingência foi colocado precariamente em operação devido à iminência de um desastre relacionado ao transbordamento e força das águas que o barramento não conseguia conter. Conta Villa (2000, p.193-194):

Juscelino pretendia encerrar seu governo com a inauguração de uma grande obra no Nordeste. Para isso, foram intensificados os trabalhos de construção do açude de Orós, iniciado em 1921(...) No final de março de 1960, pouco antes da inauguração, de Brasília, a barragem do açude dava sinais de que iria romper(...) Em três dias choveram 752mm. A situação a cada hora era mais desesperadora. As águas do rio Jaguaribe já tinham invadido Iguatu e ameaçavam Morada Nova, Jaguaribe, Russas, Limoeiro, Jaguaruna e Aracati, municípios que reuniam mais de 100 mil pessoas. No dia 25, o DNOCS informou que se as águas subissem mais um metro as paredes do açude seriam destruídas. Às 19:30 h, o DNOCS admitiu não ter mais esperanças (...) A fenda na barragem aumentou para 40 metros, mas acabou permitindo a retirada do excesso de água, diminuindo a pressão sobre toda a construção(...) No dia 28, vilas inteiras foram arrasadas pelas águas, mas de 100 mil pessoas estavam desabrigadas.

A pressa na inauguração foi tida como o fator desencadeador de falhas de planejamento. Segundo o referido autor, tentou-se minimizar o episódio, abafando-se a tragédia naquilo que revelava descaso e imperícia das autoridades.

Uma voz dissonante – a de um radioamador do local – foi rapidamente enquadrada: retirado das relações comunitárias onde se estabelecia, foi preso e considerado como louco. A reconstrução do que restou da barragem deu-se em seguida, com a diminuição das chuvas, e foi inaugurada em 1961. O desastre efetivo e as estratégias de recomposição material imediata da obra, associando à recomposição da memória social do evento, tornam Orós um caso emblemático para a diversidade e contraposição dos pontos de vista e das necessidades de comunidade vulneráveis e das forças políticas consolidadas.

Os processos de negociação em torno de como são decididas obras hídricas se assemelham àqueles nos quais são interpretados os riscos: revelam que determinados agentes, representações e estratégias de enfrentamento podem sair vencedores sem que sejam necessariamente os mais condizentes com as exigências da realidade (GUIVANT, 1998). A representação do risco – isto é, das ameaças e das condutas recomendadas para a redução da vulnerabilidade – não ocorre no limiar da ordem estabelecida, mas no centro dessa ordem, reforçando-a, não sendo trivial a preocupação, entre outros, de Douglas (1992), ao indagar: o que está sendo dito sobre o problema? Como o problema está sendo tipificado? Qual a retórica utilizada para persuadir os outros?

O caso do colapso da barragem de Camará, ocorrido em 2004, e que abaixo será analisado, demonstra que um fazer político centralista não está socialmente comprometido, sendo a falha na comunicação do risco e dos planos de contingência aspectos da indiferença social. As perdas materiais, modestas frente aos danos psicossociais que tais práticas políticas provocam, denotam que há lições a aprender com mais esse triste evento o qual evoca a faceta conservadora, desigual e injusta do desenvolvimento regional induzido por barragens.

Tomaremos esse caso interpretar não apenas aquilo a que os afetados, sobretudo desalojados e desabrigados², reportam como suas perdas visíveis e relevantes, mas também aquilo que se refere às suas perdas imateriais. Tais observações e relatos são confrontados com os registros jornalísticos e documentais, bem como com relatos oficiais e com as recomendações nacionais e multilaterais de política no tema, no bojo do que se torna possível identificar os gargalos político-institucionais na gestão de desastres no Brasil.

1. TECENDO O DESASTRE: A LÓGICA SOCIAL DA PRODUÇÃO DO RISCO

As agências multilaterais vinculadas a ONU, tais como a Organização Panamericana de Saúde (OPS), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a

2. Segundo a Política Nacional de Defesa Civil, desabrigados são aqueles cujas habitações foram danificadas ou destruídas os faz necessitar de abrigo temporário. Desalojados, são os que, embora a perda das habitações, não necessitam de abrigo temporário uma vez que recorrem a familiares e amigos para acolhê-los. Assim, a vulnerabilidade social do desabrigado é maior em vista da ausência dos laços de solidariedade no âmbito das relações da família, amigos e afins.

Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD) já internalizaram o debate acerca da sociedade de risco. Encontram na baixa reflexividade social as razões profundas do crescimento das tragédias relacionadas ao inadequado manejo das águas. A produção social do risco confundir-se-ia, segundo tais agências, com a concepção hegemônica, porém, equivocada de desenvolvimento sendo o desastre um efeito secundário dos processos de insaciabilidade do consumo, de obsolescência planejada e desigualdade distributiva (OPS, 2000; EIRD, 2001).

Isso coloca ao menos três questões para pensarmos o projeto modernizante e desigual no qual não apenas o território, mas o espaço se define no Brasil.

Em primeiro lugar, há a questão da heteronomia dos que, fixados ao lugar, ficam ao largo do processo decisório que impinge ameaças ambientais e tecnológicas ao mesmo. Perigos preexistentes somam-se àqueles que são produzidos *a posteriori*, incluindo as práticas estabelecidas na própria fixação, sem serem devidamente identificados e discutidos. Uma segunda questão diz respeito às ameaças particularmente derivadas de grandes obras civis, como as barragens, no entorno e ao pé das quais um sem número de cidades foram fundadas e/ou expandiram-se. O cálculo coletivo envolvido no risco aceitável (custo/benefício, custo/oportunidade) não raro desconsidera os fatores políticos implicados na forma de decisão. Uma última questão refere-se ao fato de que os danos derivados da susceptibilidade humana ao fator de ameaça não são de todo visíveis, quantificáveis e temporalmente simultâneos ao evento. Os efeitos psicossociais de um desastre estão para além dos ferimentos e das perdas materiais dos afetados bem como das limitações sanitárias e de saúde do local e, no geral, ficam sem resposta das autoridades. Ao lado das necessidades de abastecimento, habitação provisória e cuidados médicos para reabilitação da integridade física, há requerimentos de outra ordem, como de saúde mental individual e coletiva, desconsiderados quando as rotinas paulatinamente são refeitas. Há cicatrizes emocionais que impendem que pessoas ou grupos inteiros tornem a desempenhar seus papéis sociais de forma plena o que depõe, portanto, contra a sua auto-estima, identidade, sobrevivência e modo de vida.

2. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS E SOCIOPOLÍTICOS DO

DESENHO DO DESASTRE

Num barramento, a transformação da base biofísica gera novos fluxos e fixos de risco, mas nem sempre há a devida mudança de representação do lugar pela população à jusante da obra. Aqueles que não passam por desapropriação ou processos semelhantes de confronto ou contato contínuo com o empreendedor podem permanecer com as mesmas visões sobre o lugar ou serem até mais otimistas quanto ao resultado das obras para o interesse público e privado, o que torna um desastre relacionado ao colapso das obras civis algo vivido como um elemento de subtaneidade. Porém, a noção de subtaneidade precisaria, aqui, ser relativizada: há o lugar sociopolítico dos envolvidos na implantação das obras e, assim, controlam o fator de ameaça, e os que são iludidos por persistente discurso de segurança e controle totais e, assim, não têm como discutir e reagir ao evento de forma planejada.

Diante o colapso de barragens, o espaço temporal em que a população à jusante é informada sobre o impacto que sofrerá e a condição de organizar sua reação pode ser súbito. Porém, esse não é o espaço temporal no qual o grupo social responsável pela execução, fiscalização e monitoramento da operação da obra hídrica, o fator de ameaça, age. Se esses tempos são, para ambos os grupos, idênticos e curtos, costuma-se dizer que estamos diante de uma *fatalidade*, isto é, de um perigo possível, mas não provável, desencadeado à revelia daqueles que supunham poder controlá-lo. A *fatalidade* é, assim, uma narrativa bem urdida como o esteio representacional conveniente para diluir responsabilidades e dar opacidade à tecnocracia e omissão, que são as causas mais frequentes de desastres. Quando se evidencia que o tempo entre a comunicação do risco e o impacto junto a população são distintos do tempo de conhecimento do problema pelos controladores do fator ameaçador mais claramente vemos que não se está apenas debruçado sobre um acontecimento trágico, o desastre *per si*, mas sobre um acontecimento político, a má configuração do poder e seu exercício sobre os meios e modos de vida de grandes contingentes.

A heteronomia sociopolítica é, pois, uma questão estrutural a qual todas as demais se ligam secundariamente, desde o colapso de obras civis aos danos psicossociais oriundos da perda de referência no desempenho dos papéis sociais correntes da família e do grupo afetados, sobretudo os desalojados e desabrigados. Donas de casa sem casa para gerir, sem condições de prover às rotinas do lar, o manejo da alimentação e roupa, os cuidados afetivos com filhos e cônjuges; trabalhadores da terra semeada sem safra para colher; comerciantes sem mercadorias para negociar; escolas que não funcionam como tal, crianças destituídas do espaço de aprendizado formal, tudo isso deriva menos de uma inépcia técnica que de uma configuração política adversa. “Quem, afinal, tem controle sobre o território?”, pergunta a comunidade que, até então, se julgava partícipe da produção social do lugar. A ausência, por destruição ou alteração de funções, do espaço de manifestação do *habitus* – isto é, das práticas corriqueiras e sistemáticas que constituem, dão sentido ao indivíduo e seu grupo de interação (BOURDIEU, 1989) – redefine adversamente o lugar. Logo, os papéis sociais ali exercitados, ao ponto da sua dissolução sem que haja novos papéis para ser validados num projeto de vida autodeterminado. Logo, não são as características materiais, objetivas, dos danos materiais, o que mais conta para os afetados, mas o sentido que tais danos têm para a manutenção de sua sociabilidade pública e privada ou, de outro modo, para a manutenção de sua identidade e direito à produção do lugar.

3. O COLAPSO DA BARRAGEM DE CAMARÁ (PB) FOI UM DESASTRE?

Em termos técnicos, um desastre é entendido como um evento danoso que supera a capacidade de resposta da comunidade afetada³. Isto é, quando a interação do fator de ameaça e a vulnerabilidade humana frente ao mesmo se dão num contexto no qual há insuficiência de atendimento tanto da organização

3. Cf. Política Nacional de Defesa Civil: <http://www.defesacivil.gov.br>

comunitária quanto pública local. Deste ponto de vista, o colapso da barragem de Camará foi um desastre: para os danos provocados houve a necessidade de assistência externa para a reabilitação local. Desde as primeiras horas do evento, foi necessário que estivesse envolvido a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil da Paraíba, a Secretaria Nacional de Defesa Civil, o Ministério da Saúde, o Exército Brasileiro, dentre outros. Desastres são, ainda, caracterizados como fenômenos que provocam efeitos deletérios sobre a vida social, as condições materiais estruturais e as condições mentais dos afetados⁴ e isso também foi verificável.

A barragem de Camará foi construída, entre os anos de 2000 e 2002, como iniciativa da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos do estado da Paraíba. Foi, oficialmente, inaugurada em março de 2002, situando-se no município de Alagoa Nova, distante 150 km da capital paraibana, João Pessoa. Sua capacidade total de armazenamento era de 27 milhões de m³ de água, o equivalente a 26,5 bilhões de litros, contidos por uma paredão de concreto de 300 metros de extensão e 50 metros de altura e acumulando aproximadamente 60% deste volume por ocasião do início do vazamento (Governo do Estado da Paraíba, 2004). Culminou, na noite do dia 17 de junho de 2004, a ruptura da barragem, constituindo um buraco de 20 m de altura por 15m de largura na junção entre o muro de concreto e a lateral de solo e pedra onde estava fixada. Houve inundação rápida e súbita da área à jusante, a correnteza do rio Mamanguape avançando, num nível elevado em mais de cinco metros, sobre a zona rural e urbana abaixo. Na zona urbana, houve o efeito direto da perda de infra-estrutura hídrica, viária e de saneamento, além de moradias e edificações comerciais e públicas. Os moradores de Alagoa Grande (com cerca de três mil desabrigados) e Mulungu (com algo entre 500 a mil desabrigados) foram os mais afetados pela enxurrada. Dos cerca de 45 mil habitantes dessas localidades, 40 mil ficaram sem água, luz e sofreram outros prejuízos (Folha On Line, 2004a). Mas também foram afetados os municípios de Alagoa Nova, Araçagi, Alagoinha, Maman-guape e Rio Tinto (Agência Nordeste, 2004; Folha On Line, 2004b).

O vazamento foi o coroamento de um processo de desresponsabilização pública na gestão das águas. A descontinuidade administrativa – incluindo a alteração do grupo político no controle da máquina estatal – foi a brecha interpretativa na qual os grupos políticos envolvidos debateram e debelaram as responsabilidades, afugentando-as para longe de si.

A decisão e execução do projeto ocorreram numa gestão estadual e as obras colapsaram na gestão subsequente, o que deu margens para que ambos jogasse um no outro a responsabilidade sobre o evento. O grupo que estava no comando da gestão estadual quando do episódio do desastre apontou indícios de falhas no projeto. A gestão anterior, por sua vez, apelou para as obrigações de monitoramento da operação do reservatório que a gestão sucessora deveria ter assumido, nisso intentando eximir-se de responsabilidade, argumento que os

4. Cf. OPS/OMS, 2002;2003.

Ministérios Públicos, estadual e federal, que investigaram o caso, bem como a CPI do legislativo estadual, não aceitaram como lícito.

Em depoimento diante à Procuradoria Geral da República, o ex-Secretário Estadual de Recursos Hídricos atestou desconhecimento de falhas na obra, alegando que problemas técnico-executivos da obra cabiam ser resolvidos unicamente no âmbito das ações das construtoras responsáveis pela execução e da empresa contratada para o controle de qualidade das obras. O ente público, responsável pelo bem, teria, assim, aberto mão de tomar ciência do risco implicado na feitura e operação do empreendimento. Tal alegação foi refutada pela empresa contratada para controle de qualidade, afirmando ter comunicado, à referida autoridade, os problemas técnicos existentes – mais especificamente, no eixo da ombreira esquerda, com a descontinuidade na rocha de amparo à barragem – logo no início do projeto de execução, em janeiro de 2001. Segundo esta empresa, foi tomada medidas mitigadoras visando à recuperação da obra. A primeira polêmica foi, deste modo, em torno do conhecimento ou não do problema pelas autoridades responsáveis pela obra, o que apenas obscureceu a questão da responsabilidade pública pelo acompanhamento das diversas fases da obra, incluso as medidas mitigadoras, como planos de contingência no caso de acidente. Logo esta polêmica foi desfeita, com o reconhecimento do supervisor de obras da referida Secretaria de que as autoridades conheciam o conteúdo dos relatórios técnicos que apontavam falhas na construção da barragem bem como alertavam sobre a necessidade de monitoramento da barragem. O caso releva não apenas a impossibilidade da alegação de subtaneidade do evento, dado o recorte temporal bastante largo entre a identificação do risco de vazamento e ruptura da barragem (janeiro de 2001) e o colapso da mesma, já relativamente cheia (junho de 2004), mas uma forma política de agir face ao perigo eximindo-se, os operadores do Estado, de responsabilidades.

Após reconsiderar e admitir sua ciência sobre os riscos relacionados à obra, e diante o Ministério Público, o Secretário da gestão que protagonizou a autorização do projeto da obra alegou não ter passado a informação para a gestão subsequente por entender que ao novo gestor cabia conhecer os riscos relacionados aos bens públicos sob sua responsabilidade. Se o lago produzido pela barragem não havia enchido durante a gestão executora da obra, não haveria até então, segundo o ponto do Secretário, ameaça preexistente. Assim, o discurso sobre o fator de ameaça é construído visando deliberadamente constituir como legítima a possibilidade que informações cruciais para o bem estar coletivo mantenham-se numa cultura do ocultamento, como arma contra o opositor político que ganha direito de gerir a máquina pública.

O entrelaçamento de responsabilizações cria dois distintos cenários políticos para o contexto de riscos e o bem estar coletivo, isto é, a procura por segurança no processo cotidiano de territorialização das populações. No cenário conservador, a população pode concluir que não convém fortalecer as instituições democráticas, com possibilidade de alterar, pelo voto, os grupos no poder pelo receio de que isso gere uma ameaça à sua segurança. O continuísmo político passar, nessa perspectiva, a ser instrumentalizado pelo domínio exclusivo (e, por vezes, sigiloso) da informação do risco e de práticas mitigadoras do mesmo. Há,

porém, um cenário regenerador, em que é fomentado, no imaginário social, os valores da democracia e a convicção que apenas o maior controle social das decisões pública é o que minoraria os riscos a que se está sujeito.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, concluiu pela atribuição de responsabilidade às construtoras e ao governo anterior alegando que os envolvidos não tiveram adequada percepção de risco diante de um problema geológico indicando como sujeito de culpa, especialmente, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), pela omissão no acompanhamento e fiscalização das obras (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, 2004). O Ministério Público, por sua vez, debruçou-se mais detidamente na ausência de licitação para execução do projeto, além de verificar a ocorrência de triplicação do valor das obras. Houve termos aditivos ao contrato inicial, que saltou de R\$ 9 milhões para, aproximadamente, R\$ 24 milhões, o que caracterizaria improbidade administrativa da autoridade pública envolvida (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL *ET AL*, 2004).

À cultura política, que concede poderes amplos e responsabilidades vagas aos grupos que decidem sobre as novas funções do lugar, subjaz a violência simbólica em torno do direito à informação das populações na área de influência.

3.1 E A ONDA CHEGOU...

“E veio como se fosse uma onda grande...um estrondo...como se fosse o mar chegando”, “Era como se fosse uma pororoca...”. Invariavelmente, esta foi a forma da população de Alagoa Grande expressar o impacto do grande volume de água vindo e tomando, em enxurrada, a área urbana mais baixa da cidade. Os avisos que, pelos telefonemas, vinham através dos parentes residentes à montante, juntaram-se ao ruído das águas volumosas e velozes que puseram os habitantes a correr na procura de refúgio nas áreas altas da cidade, lá permanecendo ilhada por três dias:

Moradores de Alagoa Nova, que tinham parentes em Alagoa Grande, começaram a telefonar (...) A notícia: ‘corram que lá vem água’. Não houve tempo de remover os objetos. Levou umas 3 horas [desde o rompimento da barragem], mas as ligações se deram uma meia hora antes [de atingir a cidade]. Só quando viram que a água era muita começaram a telefonar (...) Um irmão me ligou perguntando ‘você acha que essa notícia é verdadeira?’. Eu não sei mas, na dúvida, corra. (Eng. Wilton Carvalho Macedo, responsável pela Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande).

As características dos informantes – baseada em laços de parentesco e compadrio – e o tempo de chegada da informação – trinta minutos – revelam a ausência estrutural de controle social acerca do que se passava com a barragem bem como a vulnerabilidade comunitária causada pela insensibilidade de peritos e políticos, associadamente responsáveis pela construção, operação e monitoramento da obra e das águas.

Houve cidadãos locais que, transcendendo aos laços de parentesco e compadrio bem como às formas de comunicação tecnologizadas, se puseram a avisar os mais próximos da comunidade aos brados, na rua e no bairro. Mas, no geral, foram recebidos com descrença, dados como loucos ou bêbados:

O que nos levou a acreditar mais é que havia o receio de transbordamento por causa da chuva. Choveu nos dias anteriores ininterruptamente, só naquela dia uns 70mm (...) já sabia e se preocupava com parentes. Se pensa: para parente não se mente. (Eng. Wilton Carvalho Macedo, responsável pela Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande).

Essa rua, a da Glória, foi a mais atingida. Eu estou com 57 anos, nunca vi uma coisa dessa na minha vida. Eu corri para salvar todas as duas filhas. Eu, no caminho, eu jogava pedra da janela dos outros avisando. Dizem que eu tava assombrando todo mundo ‘dona Lúcia! Fazendo uma coisa dessas!’ . E eu disse: ‘mas é água que vem aí!’ . Mas ninguém acreditou, não. Aí, daqui a pouco, todo mundo escutou a zoadá e saiu correndo. (Dona Lucia Ribeiro Moreno, 57 anos, moradora em Alagoa Grande).

Se os vínculos de parentesco e o somatório de telefonemas, com o mesmo conteúdo e recebidos no mesmo horário, propiciaram aos poucos a construção da confiabilidade na informação, o horário favoreceu a evacuação rápida:

Foi melhor o fato de ter sido cedo da noite. Tivesse sido de madrugada... Todo mundo estava ainda acordado. Isso favoreceu a retirada. (Eng. Wilton Carvalho Macedo, responsável pela Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande).

Foi por Deus que foi cedo da noite. Se fosse tarde da noite não tinha salvado ninguém. Fazia um ano que tinha comprado essa casinha [completamente destruída]. Estou morando com uma filha, na casa dela entrou meio metro, ficou só lama. Não me ofereceram nada. Na primeira lista, estava o nome da gente, na segunda, já não estava. O que eu ganho é uma cestinha básica. (Dona Luzia de Carvalho, conhecida como Ilda Tavares, 66 anos).

A distribuição dos danos foi, primeiramente, geográfica: quem morava na parte mais baixa foi imediatamente atingido pelas águas. Mas também foi econômica, pois quem tinha a casa mais frágil, de tijolo e sem fundações, viu a mesma ruir parcial ou totalmente. E sócio-cultural. Idosos compuseram a maior parte das vítimas fatais (quatro em cinco) não apenas em razão de limitações físicas para a fuga rápida, mas pela persistência em permanecer na sua casa, ao lugar e objetos que lhe faziam sentido. Os moradores das áreas mais baixas, os mais pobres e os mais velhos constituíram-se, dessa forma, no grupo mais afetado.

As redes sociais que se fragilizaram foram substituídas por outras, de apoio comunitário e governamental; e ambas, em maior ou menor medida, falharam.

O isolamento inicial obrigou que a resposta ao desastre partisse da própria comunidade, resgatando pessoas e pertences e na limpeza da lama dentro dos domicílios. Parentes que viviam nas áreas mais altas da cidade vieram em auxílio dos que viviam na parte baixa. Porém, amigos e vizinhos igualmente mobilizaram-se em auxílio, indistintamente de vínculos prévios, em solidariedade:

Ouvi o estrondo, sai pra acolher. Fomos tirar os troços do povo, numa carriola. Vou-me embora daqui. Fiquei traumatizado. Depois de encher aqui, na parte baixa, a água foi bater nas partes altas, pertinho da minha casa. Assim, quero arrumar um canto, vou-me embora. Correu prum lado, água; correu pra o outro, água. (Sr. Geraldo Carneiro, 66 anos, 15 anos morador em Alagoa Grande).

Por conseqüência do rompimento da adutora que passava sobre o rio, faltou água potável durante três dias. Tal fato levou ao encarecimento súbito da água envasada, denotando que, ao lado da ampliação da solidariedade, há os que vêem o contexto como forma de maximizar seus ganhos. As leis de mercado, e não da compaixão, funcionaram para o item mais fundamental de sobrevivência. Para quem não podia pagar – a situação corrente dos que perderam, em meio as casas e aos objetos, seu dinheiro, afora os que já não disponham correntemente de renda monetária ou crédito e, ainda, os que não dispunham de caixa d'água – beber água sem tratamento e barrenta do rio foi a opção:

A gente ficou dois, três dias sem água. Foi feito um buraco na margem do rio, com bomba, levada para a estação de tratamento e chegou precariamente às casas. No segundo dia, o governo do estado mandou carro pipa. Apenas na semana seguinte a ligação foi restabelecida. (Eng. Wilton Carvalho Macedo, responsável pela Secretaria de Infra-estrutura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande).

A suscetibilidade da comunidade recrudescer quando a ausência de condições sanitárias transpôs as questões de higienização e abastecimento pessoal para as necessidades complementares de manipulação de escombros, na busca de parte dos pertences levados pela enxurrada. As autoridades de saúde pública recomendam:

Despues de un evento es necesario limpiar lo más rápidamente posible los escombros y otros desechos para despejar las calles o carretras, controlar enfermedades transmitidas por vectores y para generar un impacto psicológico positivo. (OPS/OMS, 2000 p. 334).

Dentre os que tomam iniciativa para abrigar parentes e os mantenedores de redes informais de apoio, destacam-se as mulheres. São elas quem culturalmente tomam a iniciativa para manter o sentido de segurança para o núcleo familiar e comunitário quando abalados em desastres como estes. É o caso de Dona Lúcia, que foi o único apoio a quem a filha, Elenita, teve quando perdeu a casa levada pela correnteza às vésperas do parto de seu segundo filho:

Ela tem as coisas porque eu rodei nas casas, que eu lavo roupa, pra pedir. Eu dei a minha cama pra ela(...) fiquei dormindo no chão porque não ia deixar ela o e menino do chão. (Dona Lúcia Ribeiro Moreno, 57 anos, moradora em Alagoa Grande).

Conta Elenita, a filha gestante à época do desastre:

Era o menino já perto de nascer. Eu já tava deitada, aí mainha chegou dizendo que passaram avisando a barragem de Camará tinha estourado. Aí, no que levantou e saiu, a água já tava na cintura da gente. Aí a gente subiu pra cima, lá pra perto do teatro. Eu tava com 8 meses e quinze dias. Montamos no caminhão do meu marido, mas a água já tava cobrindo os pneus. Já era bem umas 8:30 da noite quando a gente soube e peguei o menino nos braços (Tem 2 anos. Manoel nasceu um mês depois). Perdi todo o enxoval do nenê. Aí, umas pessoas deram roupa pra ele, a família deu. Ficou bem nada. Agora estou na casa da minha sogra (minha casa era nos fundos)(...)Minha casa tinha sala, quarto, sala do meio, cozinha, banheiro. Eu tinha tv (há 4 meses tinha comprado na loja), sofá, uma mesa com 6 cadeira, 4 cadeiras de ferro, geladeira, botijão, fogão, guarda roupa, uma cama de solteiro, cômoda, berço, cama de casal e um som. Eu tinha muita coisa de cozinha também, panela, liquidificador. Perdi roupa muita, minha do meu marido e dos meninos, a gente não encontrou nada, só ficamos com a roupa do corpo. Eu acho que uns R\$4 mil é o que paga o que eu perdi, isso sem a construção. (Elenita Ribeiro Moreno, 20 anos, moradora em Alagoa Grande).

Se os desalojados contaram com solidariedade de parentes e amigos, os desabrigados foram os mais extensivamente afetados em vista da privação e estigmatização que perdura no pós-desastre. Desabrigados são aqueles que, ao perderem a sua moradia, pelo comprometimento das condições estruturais de habitabilidade da residência, deixam público a ausência de laços que são comuns aos demais: não há vizinhos que os queiram acolher, nem parentes, nem amigos, algo que, no imaginário social, remete aos anti-sociais por algum desvio de conduta. Os desabrigados deixam público, ainda, a ausência de condição econômica para provimento de um domicílio provisório; portanto, nesse mesmo imaginário, uma mescla entre incapazes e ociosos. Os desabrigados cumprem, assim, os requisitos para se enquadrarem socialmente como os *outsiders* (ELIAS E SCOTSON, 2000), os marginais, a quem o desastre tornou mais explícito a condição de párias da comunidade. Não ter para onde ir e revelar sua condição estigmatizante é um aspecto do dano severo à auto-imagem e identidade do desabrigado. Um mínimo de dignidade pessoal torna-se difícil na rotina pós-desastre: necessita de asseio, mas falta acesso a água; necessita de roupa limpa, mas fica à espera da doação da roupa usada e alheia que medianamente lhe sirva; necessita guardar o lar, mas não há espaço privado de convivência para o núcleo familiar, para extravasar o *habitus* do grupo que começa, assim, a se desestruturar emocionalmente.

A mulher, a quem tradicionalmente compete as funções de manutenção dos valores no âmbito da família, sofre como a dupla pressão, a de não poder

externar sua fragilidade individual na vivência da situação e a de manter-se como referência para os demais membros da família. Em termos psicossociais, é mais sujeita a apresentar receios de reviver a experiência do impacto, nisso ficando em ansiedade, medo e vigília constantes.

Em Alagoa Grande, no estabelecimento escolar que serviu de abrigo temporário, fomos ao encontro de uma família que bem ilustrava a desestruturação a que nos referimos. Partilhavam de um mesmo ambiente de sala de aula mais de uma família, isoladas apenas por um varal de lençóis. Um chefe de domicílio relatou-nos conflito entre vizinhos, a perda da casa, seus cálculos acerca dos danos materiais sofridos. Foi relativamente fácil, fluido, que relatasse essas perdas até que, já com dificuldade de expressar-se, a voz embargada, falou de quão penoso lhe era aquela experiência, sobretudo por retirar sua autoridade sobre os filhos que, já sem a referência do espaço privado, não lhe tomavam mais a benção. A esposa, por sua vez, contou-nos que passava as noites agarrada ao filho menor, ambos em vigília, na espera de ouvir novamente o ruído da onda. Mostra a receita do ansiolítico que lhe foi prescrito, mas reportou a incapacidade de adquiri-lo – uma vez que a família perdeu todos os bens, inclusive o dinheiro de que dispunha – e a ausência de apoio para consegui-lo. Há, portanto, junto a esta população, um extenso processo de danos imateriais, intangíveis, de sofrimento pessoal e social que não foram priorizados como objeto de ação na resposta imediata e na reabilitação.

As crianças que vivem em abrigos temporários por períodos relativamente longos muito freqüentemente desfazem parte dos vínculos de confiança e autoridade junto aos pais, quando esses se encontram fragilizados, para estabelecê-los com quem lhes possam inspirar a maior possibilidade de obtenção do amparo de que carecem, não querendo se separar daqueles que assumem o papel de novos cuidadores (OPS/OMS,2002). Quando os cuidadores são professores do estabelecimento de ensino que freqüentam, mais ainda quando é esse o estabelecimento que serve de abrigo temporário, esse segundo lar parece mais assimilável à compreensão infantil. Mas isso está longe do paraíso. O risco que haja professores assumindo papéis e funções semelhantes às maternas – alimentar, dar banho, orientar nas atividades não formais – favorece uma autoimagem ainda mais esgarçada que as mães têm de si próprias que, com isso, se sentem ainda mais incapazes e propensas à vitimização. Trata-se, portanto, de um equilíbrio delicado a situação em que há interesse e disposição comunitária para dar provimento às necessidades infantis, supondo desonerar as mães de atribuições corriqueiras, mas colocá-las em destituição do exercício de habilidades nas quais subjazem as relações afetivas com a criança e nas quais se preserva o sentido imaterial de família.

Para crianças, a vivência de um desastre é pior do que para um adulto devido o repertório de significados que atribui à situação, um medo que não está sob controle assim como ansiedade, fobias, comportamento regressivos, agressividade e as condições de expressar o que sente (OPS/OMS, 2002). E, assim, para ela, o fortalecimento das manifestações afetividade é muito mais importante para repor um sentimento de segurança.

Enfim, tanto para os desalojados quanto para os desabrigados, uma situação pós-desastre é uma prova dura aos vínculos familiares. A perda de referência material do domicílio vai corroendo as referências do lar, o espaço privado em que são exercitados os papéis do núcleo fundamental da vida social. Por isso, mais rapidamente a reabilitação das moradias deve ser atendida pelo Estado.

Medidas de abastecimento emergencial foram tomadas no caso em tela, com remessa de cestas básicas aos desalojados e desabrigados, providência que envolveu instituições federais e estaduais, mas também, a ajuda comunitária, no meio da qual se destacam as doações de 1,5 toneladas de alimentos remetidas pela população carcerária de cinco presídios paraibanos, inclusive femininos. A doação foi possível pela renúncia dos apenados a uma de suas refeições diárias (BARBOSA, 2004a). Todavia, surgiram denúncias em torno da dificuldade de acesso, ocultação e desvio, por parte de alguns provedores e por razões políticas, das cestas doadas:

Uma das reclamações foi a de que os alimentos doados para os desabrigados estão desaparecendo de forma misteriosa. As famílias contam que durante a madrugada elas vêem caminhonetes cheias de alimentos saírem de lá, mas elas não sabem para onde vão. (Frei Anastácio, deputado estadual, em entrevista a Barbosa, 2004b).

Durante o processo eleitoral, muito do apelo das campanhas remetem ao compromisso político com o suprimento básico da família, mantendo sob estrito controle a rede da desgraça social. Não estranha a suspeita de que fração das doações dirigidas aos afetados pelo desastre tivesse sido desviada para cumprir finalidades políticas. A insatisfação de afetados com o processo indenizatório compôs, por seu turno, o quadro de perda de confiança no poder público. Por mais de uma vez, famílias atingidas acamparam as margens da rodovia PB-075 e promoveram protestos contra os valores monetários de indenização oferecidos pelo poder público. Com a interrupção do tráfego rodoviário ganha espaço na mídia, essa estratégia costuma ser utilizada por grupos vulneráveis para pressionar o Estado, reivindicando uma interlocução mais permanente e constituição de arenas participativas de negociação. Até então, os valores monetários ofertados como indenização provisória não partiam de discussão com a demanda local e não condizia, segundo ao afetados, com a sua situação de perdas e prejuízos:

Existe esse receio [de que a indenização pare na casa dos dois mil reais por família]. É natural que haja um temor da população em relação aos seus prejuízos, até porque nós somos um município pobre, numa região pobre. A maioria das pessoas tem toda uma história na construção dos seus objetos, é uma vida feita com dificuldade, é natural que haja receio. E reconhecemos que há uma demora na ajuda e ressarcimento dessas pessoas. Mas nós também salientamos que, apesar da demora, existe um compromisso formal do governo do estado com o prefeito para fazer esse ressarcimento paulatinamente. São partidos coligados, o PL do prefeito e o PSDB, do governo estadual; o governador teve o apoio da população

local e do prefeito na eleição estadual. (Eng. Wilton Carvalho Macedo, responsável pela Secretaria de Infra-estrutura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande).

Um dos bloqueios na rodovia, realizado pelos manifestantes, que durou aproximadamente trinta horas, foi um misto de repúdio pela omissão e, após, de manifestação de insuficiência da resposta governamental frente os danos e prejuízos sofridos. Para uns, visava à liberação da indenização que não haviam recebido e, para outros, a revisão dos valores liberados. Segundo os últimos, foi oferecido R\$ 500,00 para cobrir provisoriamente as perdas:

A gente sabe que a situação não se resolve de uma hora para outra, mas acontece que estão resolvendo da maneira errada(...) Perdi parte de minha casa, mas também todos os móveis que estavam dentro. Eu tinha comprado uma geladeira novinha há menos de três meses e isso sem falar noutros pertences como roupas, calçados, entre outros, então, não posso aceitar R\$500,00 como indenização. (Agricultor Manoel Joaquim dos Santos, em entrevista a Souza, 2004).

Após essa oferta, a quantia de R\$ 2.120,00 foi oferecida para permitir a compra o que foi chamado de kit básico de utensílios: uma tv, um fogão, geladeira, cama, mesa e quatro cadeiras e utensílios de cozinha. A morosidade do processo de pagamento, além da desarticulação entre as medidas de reconstrução das casas e de oferecimento de objetos duráveis passíveis de refazer as rotinas do lar, formou o caldo da insatisfação crescente com o Estado.

Contudo, a estratégia de garantia da interlocução, por meio do impedimento do tráfego rodoviário não foi consensual. Houve conflito entre os desabrigados que estavam no estabelecimento escolar e os desalojados na estratégia de ganhar visibilidade pública às demandas através desta estratégia de publicização da questão. Os últimos, por via de algumas lideranças, reforçaram a estigmatização dos desabrigados, por questões políticas. Argumentavam que a aceitação do abrigo temporário e sua operação por voluntários estariam sendo interpretadas pelo governo estadual como medidas de reabilitação suficientes, razão pela qual se desaceleravam as negociações em torno das indenizações. Segundo esse ponto de vista, era necessário o abandono do abrigo e desconstituição do grupo de voluntários, alguns dos quais, um professor, segundo nos relatou, chegou a ser ameaçado de morte por tais lideranças e receava retornar à sua própria casa no final das tarefas diárias junto aos desabrigados.

4. MEDIDAS PRECONIZADAS E NÃO ADOTADAS PELA DEFESA CIVIL

No âmbito da Política Nacional de Defesa Civil⁵, o desastre de Camará é classificado como um desastre relacionado com a construção civil na subclassificação de desastres relacionados ao rompimento de barragens e risco de inundação à jusante. Na referida política, a intensidade de um desastre depende

5. Segundo o que define o CODAR, Código de Desastres, Ameaças e Riscos.

da interação entre a magnitude do evento adverso e a vulnerabilidade do sistema, sendo esta quantificada em funções de danos e prejuízos. Mas, quais práticas constroem um cenário de danos ou os agrava?

No caso de Camará, há cinco aspectos a considerar.

O primeiro, o de que os danos são constituídos em proporção inversa à suficiência das medidas de prevenção e, num nível abaixo, da eficácia das medidas de alerta, resposta e reabilitação. Não houve um ambiente aberto de discussão do empreendimento, nem implantação e operação responsáveis, tampouco de informação e treinamento da população à jusante da barragem para o caso de acidentes. Ações oficiais de evacuação falharam. O elemento agravante, no nível local e em termos preventivos, foi a inexistência de uma coordenadoria de defesa civil e despreparo das demais entidades para enfrentar desastres:

Não há Defesa Civil local, instalada. Houve a presença, até rápida para os padrões da gente, do Corpo de Bombeiros de Campina Grande (que dista 58 km daqui) e Guarabira (que fica a 30km). Eles chegaram uma hora depois da inundação. Só que, lamentavelmente, a enxurrada foi tão forte que não havia como entrar na água, eles ajudarem. Eles vieram com cordas. Dada a força da água, o equipamento não era suficiente. (Eng. Wilton Carvalho Macedo, responsável pela Secretaria de Infra-estrutura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande).

O padrão evolutivo desse tipo de desastre, que deve ser previsível para os envolvidos em obras hídricas dessa natureza, implicaria na elaboração de planos de contingência os quais, necessariamente, deveriam envolver simulações com a defesa civil, corpo de bombeiros e demais entidades no âmbito das urgências e emergências.

Um segundo aspecto, o de que a ausência de informação prévia sobre os riscos do empreendimento hídrico, por parte das autoridades, não é apenas vácuo onde se constroem variadas análises de operadores do Estado que se entrechocam em busca de isenção de responsabilidade, mas uma situação na qual o cidadão não encontra a necessária referência do Estado, em suas várias frações, em sua proteção. ‘Se é verdade isso que me dizem, que uma onda vem chegando, por que não são as autoridades quem me diz e age, me protegendo?’, descobre-se o afetado destituído de sua cidadania. Ao procurar respostas, perde um tempo precioso na evacuação rápida do lugar, assim como comete equívocos na tomada de decisão.

Do caso de Camará, depreende-se que:

- a) a informação acerca do risco não precisa ser apenas fornecida à população vulnerável, como um direito inalienável, mas fornecida em tempo hábil para redução de seus danos físicos, psicossociais e materiais. A cultura do ocultamento não pode nem deve constituir-se em *modus operandi* aceitável nas práticas institucionais voltadas para a proteção civil num contexto democrático; e,

b) quanto maior o controle social da deliberação sobre a produção de fatores de ameaça, bem como da informação sobre como conviver com o risco, conhecido e aceito no nível local, maior a celeridade e eficácia dos procedimentos de evacuação rápida, com a adoção de linguagens e práticas céleres porque amistosas ao corpo da cultura e da sociabilidade local, o que, no geral, não é o referente da cosmogonia e das interações do meio perito.

Um terceiro aspecto é o da política de ressarcimento, que deve procurar mecanismos para reconhecer e legitimar na escuta coletiva, e também particular, dos afetados, os valores monetários referentes suas perdas materiais. Nisso, saber que não haverá homogeneidade nas falas posto a heterogeneidade e conflitos no nível local para a descrição da realidade como de resto ocorre no tecido maior da sociedade envolvente. O que é aceito socialmente como *a realidade* nada mais é do que idéias compartilhadas por um grupo que podem tencionar frontalmente com as de outros (MOSCOVICI, 2004). As representações dos acontecimentos não são necessariamente comungadas também por grupos afetados num mesmo desastre. As dimensões envolvidas na narrativa das perdas podem ser diversas, as peculiaridades dos danos e os interesses envolvidos, idem, como se viu no caso de Camará.

Tão problemático quanto prescindir da avaliação dos danos por domicílio é julgar suficiente uma avaliação técnica do imóvel afetado, adentrando o espaço privado e condenando-o com a demarcação de um “X”, visível em suas paredes frontais e externas. Técnicos da Defesa Civil não podem olvidar que a moradia condenada é um lar, portanto, um espaço de referência para o desempenho dos papéis sociais fundamentais e complementares dos indivíduos que lá habitam. Além disso, uma vez perdida a estrutura material do domicílio, os demais papéis exercitados nas outras esferas da vida ficam prejudicados. Quando se foge rapidamente da correnteza das águas, apenas com a roupa do corpo, fica-se temporariamente sem referências para prosseguir o jogo social e esse jogo deixa, de certo modo, de ter a importância de outrora. O próprio território do jogo modifica-se para pior: ‘onde estão os fluxos e fixos regulares em que posso me apoiar?’, é uma indagação freqüente entre os desalojados e desabrigados.

Novos atores entraram no jogo sem as apresentações devidas à comunidade, esclarecendo quais são suas funções e canais de acesso disponíveis: ‘a quem dirigir minhas demandas mais imediatas acerca disso ou daquilo?’, é outra indagação que inevitavelmente surge. Assim, a ausência ou insuficiência de apresentações públicas dos órgãos envolvidos nos procedimentos de apoio aos afetados é desorientadora das regras de interações entre as partes. Em termos governamentais, cabe à Defesa Civil essa coordenação, integrando, fazendo a ponte com os fragmentos de Estado que darão suporte de alimentação, vestuário, saúde, abrigo, indenização, reconstrução, os quais não são facilmente reconhecíveis, assimiláveis ou acessíveis ao afetado. Quando os laços do cotidiano são rompidos sem que haja reconhecimento das novas redes instauradas, os grupos afetados por desastres têm diante si uma difícil tarefa de decodificação do mundo em desordem.

Linguagens (jargões e siglas), uniformes, rituais distintos, fazem desses fragmentos de Estado uma parafernália que distancia o afetado da interlocução ao invés de aproximá-lo e gera uma tortura à parte ao cidadão desatendido. É preciso considerar que tais fragmentos peritos precisam estar a serviço do cidadão, nos termos da cidadania, e não o contrário.

Em quarto lugar, a contabilização dos desabrigados e as providências de seu deslocamento para abrigos temporários, sendo uma tarefa partilhada entre vários órgãos, deveria ceder espaço para a tarefa de retirar tal população o mais rapidamente desse *status* estigmatizante, envolvendo-a ativamente na sua reabilitação para não incitar uma vitimização secundária, com riscos de danos psicossociais mais extensos que o desastre em si. Conforme recomendação multilateral (OPS/OMS, 2002; 2003), as medidas recuperativas deveriam esforçar-se para mitigar a perda de igualdade social bem como as assimetrias de atendimento em vista dos precários vínculos sociais, afetivos, políticos e econômicos dos desabrigados. Se acerto houve no alojamento temporário no caso de Camará, foi o da adoção do critério de não romper-se a unidade familiar.

Todavia, a perda de privacidade, a demora na solução permanente, a convivência constante de grupos com valores, crenças e práticas divergentes, engendrou um exercício de uma tolerância muito difícil de manejar no conjunto de uma população já descompensada e no limite: são, todos ali, suscetíveis à curiosidade pública, expostos ao olhar indiscreto e incriminador, obrigados ao contato indesejável, impedidos de demonstrações espontâneas de querência ou desagrado, sem condições de reclamar da insuficiência sanitária e diferenças de hábitos de higiene, de alimentação, dentre outros, indivíduos que acabam prostrados, no alheamento oriundo desses estressores secundários. Quanto mais se prolonga a situação, mais se deteriora a imagem do indivíduo e da família perante ela mesma e perante a comunidade envolvente. Tudo conspira para que se tornem s párias, se reafirmem como tal diante o Outro.

Há que se destacar, com último aspecto, a vulnerabilidade dos que ajudam em tais abrigos, suscetíveis a chamada 'síndrome da compaixão'. Os voluntários em abrigos colocam-se em risco de elevado nível de estresse, submetendo suas próprias rotinas à realidade dos desabrigados, muitas vezes sendo solicitados para além das suas condições físicas e emocionais de resposta (OPS/OMS, 2003). Quanto mais tênue a vinculação institucional dos voluntários, mais frágeis se tornam frente aos que se rebelam, como no caso de Camará, em que foram vistos como obstáculo à constituição de uma interlocução política consistente com o governo estadual. Não se deve abrir mão da ajuda comunitária, tampouco desvalorizar a solidariedade, mas propiciar que essa ação encontre o respaldo institucional adequado. Voluntários devem ter clareza de que são mediadores entre o cidadão fragilizado e o Estado, não em sufocamento da cidadania do primeiro nem em substituição ao último. A capacidade operacional de abrigos não supõe apenas a disposição comunitária, mas treinamento específico de voluntários para lidar com a situação sem comprometer sua própria integridade física e sócio-psicológica.

À GUIZA DE CONCLUSÃO

Muito comumente, os desastres constituem-se da soma de diversos riscos ignorados ou mal gerenciados, isto é, de ameaças mal avaliadas assim como de uma compreensão incompleta da vulnerabilidade social frente às mesmas. Os barramentos de rios não são apenas incitadores de oportunidades múltiplas de uso da água; são, igualmente, fatores de perigo para a população à jusante, modificando o tipo de susceptibilidade em que a mesma se encontra no território. Não é mais a limitação do abastecimento, mas o de excesso d'água, o que pode colocar a vida em risco.

No caso do colapso da barragem de Camará, as decisões de implantação do projeto, assim como a de gestão do desastre que derivou dos erros de execução das obras, mantiveram a lógica de orbitar sempre num espaço tecnocrático.

Não foi apenas uma causa técnica – o rompimento da ombreira esquerda da barragem – o que deflagrou danos materiais e humanos à jusante. A escassa responsabilização pública pela comunicação do risco à população foi o maior dos erros imediatos, estruturalmente associado à cultura política do ocultamento de informações vitais para a segurança do público. O jogo do vai-e-vém de autoridades acerca das responsabilidades sobre o sucedido prevaleceu ao atendimento aos afetados. Das dimensões relevantes do desastre, a vulnerabilidade política dos que se encontram na área de influência das obras hídricas foi o mais destacado aspecto, donde derivaram os danos sócio-econômicos e psicossociais.

Nisso, dizer que as barragens precisam, definitivamente, passar a ser decididas num espaço social no qual, se aceitas as obras, isso venha incluir a elaboração e viabilidade dos planos de contingência, melhorando a resistência e segurança dos que estejam sob os efeitos diretos de um eventual colapso das obras civis.

A desconfiança em torno dos grupos políticos envolvidos precisaria ser contraposta à possibilidade de tornar a população afetada protagonista de sua recuperação. Isso incluiria o aumento do controle social sobre a obra hídrica, caso venha ser recuperada, a fim de que a dinâmica do espaço não seja mais vista como algo que conspira contra as rotinas públicas e privadas do lugar. A participação da população afetada em atividades que visem o restabelecimento da normalidade é algo legítimo. E, ainda, recomendável pelas agências multilaterais no tema de desastres, direitos humanos e saúde. Trata-se de aumentar a reflexividade em torno das práticas que materializam o que se entende por progresso e também por riscos.

O que se viu com o caso de Camará foi omissão da prevenção e falta de efetividade da resposta, a comunidade reagindo na sua reabilitação e assumindo tarefas para as quais não houve preparação prévia, um sistema no qual as demandas não encontraram uma interlocução afirmativa com o Estado. O exercício histórico do poder político no país, e não só na Paraíba, se deu alijando a população empobrecida do controle dos seus meios e modos de vida. Um desastre revela apenas mais uma faceta desta heteronomia.

A ausência de medidas preventivas, assim como a demora e insuficiência das ações públicas de reabilitação e reconstrução em Alagoa Grande, sinalizam que o sistema de confiança que ainda restava nas forças políticas regionais pode estar sendo paulatinamente desfeito. O que decepciona, para os afetados que assistem as estratégias de desresponsabilização dos envolvidos, talvez seja menos a tendência de subestimação, por parte do governo estadual, das perdas materiais e falta de urgência nas medidas reparadoras, e mais a possibilidade de impunidade dos envolvidos, o que gera um dano psicossocial relevante, porque passível de desmoralizá-los perante si mesmos e destruir mais profundamente o sentido e o valor de sua existência (OPS/OMS, 2002).

Entretanto, há que se considerar a possibilidade de que um eventual esgarçamento na relação dos afetados com as forças políticas regionais possa fazer emergir uma mobilização popular favorável à renovação das práticas de gestão pública. As efetividades da prevenção e da primeira reposta poderiam ter jogado a favor da minimização dos efeitos mais concretos das perdas, incluindo as imateriais, subjetivas e inestimáveis, o que não houve no caso de Câmara. Mas, nesse caso, a ausência de êxito joga a favor da reavaliação do quadro de valores e referências para a coesão da comunidade local e sua interlocução com as demais escalas do poder público, além do nível local.

Se a tradição política é o que cega para o risco, o desastre é o que permite o despertar para um uma nova compreensão e prática sociopolítica.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NORDESTE. PB: 600 desabrigados, 3 mortos, 6 desaparecidos. Brasil, p.1 ,18 jun. 2004. Disponível em <http://www.agne.com.br/noticia.asp?not=1171&data_edicao18/6/2004> .Acesso em: 29 dez.2004.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar possíveis irregularidades quanto ao arrombamento da barragem “Camará” bem como apontar suas causas e definir responsabilidades: relatório parcial. João Pessoa, 1-41, dez 2004 Disponível em http://www.paraiba.pb.gov/camara_relatorio/relatorio_cpi.shtml. Acesso em 30 dez.2004.
- BARBOSA, A. AL aprova pensão para vítimas de Camará. Correio da Paraíba, João Pessoa , B-2, 29 jul. 2004a.
- BARBOSA, A. Deputado denuncia politicagem. Correio da Paraíba, João Pessoa, B-2, 30 jul. 2004b.
- BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel,1989.
- DOUGLAS, M. **Risk and Blame**: essays in cultural theory. London and New York: Routledge,1992.
- ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DE REDUÇÃO DE DESASTRES. **Mejorando la información y la análisis sobre el impacto de los desastres**. Cápsulas Informativas, Geneve, ano 1, n. 4, 2001.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J.L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Petrópolis: Zahar,2000.
- FOLHA ON LINE. Rompimento de barragem causa ao menos 3 mortes na Paraíba. Folha de S Paulo, São Paulo, p.1, 18 jun. 2004. Disponível em : <<http://www.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u95859.shtml>> . Acesso em: 28 dez. 2004a.
- FOLHA ON LINE. Governo da PB confirma quinta morte após rompimento de barragem. Folha de S Paulo, São Paulo, p.1, 20 jun. 2004. Disponível em : <<http://www.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u95859.shtml>> . Acesso em: 28 dez.2004b.
- GONÇALVES J.C.et al. Análise das alterações de comportamento do mercado de terras rural provocadas pela implantação de megaprojetos hídricos. In: FELICIDADE et al (orgs). **Uso e gestão**

de recursos hídricos no Brasil: velhos e novos desafios para a cidadania. São Carlos: RiMa Editora, 2001, p.149-164

GUIVANT, J. A trajetória das Análises de Risco: da Periferia ao Centro da Teoria Social. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, nº2, p.3-38, 1998.

IRWIN, A. **Sociology and the environment:** a critical introduction to society, nature and knowledge. Brunel University, 2001.

MARTINS, R. C. & VALENCIO, N.F.L.S. A concretude da moderna crise sócio-ambiental. In: MARTINS, R.C.; VALENCIO, N.F.L.S. (orgs). **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil:** aspectos teóricos e político-institucionais. São Carlos: RiMa Editora, 2003, p.21-34.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL/PROCURADORIA DA REPUBLICA NA PARAÍBA/MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA. I.C.P. n.º 1/24.000.00004/0/2004-03.João Pessoa, p 1-54., dez. 2004. Disponível em http://www.prpb.mpf.gov.br/netware/internetdocs/noticias/camara_acp_improbidade.doc.. Acesso em 30 dez.2004

MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M. **A valorização do espaço.** 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 2ªed.Petrópolis: Vozes, 2004.

NORMANDE, E.. Avaliação de impacto ambiental em lagos e represas. São Carlos.27pp. Monografia. CRHEA/USP,1993.

PAIVA, M. **Grandes represas no Brasil.** Brasília: Editerra, 1986.

OLIVEIRA, E. & ALBANO, M. Vítimas de queda de barragem bloqueiam rodovia na Paraíba. Folha de S Paulo, São Paulo, C-3, 30 jul. 2004.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Los desastres naturales y la protección de la salud.** Publicación Científica, Washington D.C, v.575, 2000.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD/ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Protección de la salud mental em situaciones de desastres y emergencias.** Serie Manuales y Guías sobre Desastres. Washington D.C, n. 1, 2002.

_____. **Preparativos de salud para situaciones de desastres: guía para el nivel local.** Serie Manuales y Guías sobre Desastres, Quito, n. 3, 2003.

RIBEIRO, W.C. Água doce: conflitos e segurança ambiental. In: MARTINS,R.C.; VALENCIO, N.F.L.S.(orgs.) **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil:** desafios teóricos e político-institucionais. São Carlos: RiMa Editora, 2003a, p. 71-80.

_____. O Brasil na ordem ambiental internacional. In: _____. **Patrimônio Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo,2003b, v.1. p. 601-619.

ROSA, L. P et al (cod). **Impactos de grandes projetos hidroelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais.** Rio de Janeiro e Brasília; AIE/COPPE e Editora Marco Zero em co-edição CNPq, 1998

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. **Política Nacional de Defesa Civil.** Brasília, p. 97, jan. 1995. Disponível em : <<http://www.defesacivil.gov.br>>. Acesso em 30 dez. 2004.

SOUZA, F. Famílias de Alagoa Grande fazem protesto. Correio da Paraíba, João Pessoa , B-1, 29 jul. 2004.

VAINER, C.B. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: MARGULIS, S. (ed). **Meio ambiente:** aspectos técnicos e econômicos. Brasília: IPEA/PNUD,1990, p.179-211.

VALENCIO, N.F.L.S. **Grandes Projetos Hídricos no Nordeste:** implicações para a agricultura do semi-árido. Natal: Ed.UFRN,1995.

VALENCIO, N.F.L.S. et al. **Grandes Projetos Hídricos no Estado de São Paulo.** Relatório Final de Pesquisa. São Paulo:Fapesp, processo 95/9389-8, 1997.

VALENCIO, N. F. L. S. et al .A água como valor social: considerações acerca de uma prática acadêmica em torno do tema. In: FELICIDADE et al (orgs). **Uso e gestão de recursos hídricos no Brasil:** velhos e novos desafios para a cidadania, São Carlos: Ed RiMa, 2001,p. 3-16.

VILLA, M.A . **Vida e Morte no sertão:** história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. SP: Editora Ática, 2000.